

Nº 89, dez/96, p.1-8

**MANEJO FLORESTAL SUSTENTADO EM ÁREAS DE RESERVA LEGAL DE  
PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO PC. PEDRO PEIXOTO - ACRE<sup>1</sup>**

Henrique José Borges de Araujo<sup>2</sup>  
Luís Cláudio de Oliveira<sup>2</sup>

Segundo o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4771, de 15.9.65), nas propriedades rurais da Amazônia deve ser mantido 50% da cobertura florestal original sob a forma de Reserva Legal (convém mencionar a Medida Provisória nº 1511, de 25.7.96, que coloca este percentual no patamar de 80%). De acordo com essa lei, estas áreas somente podem ser utilizadas para o manejo florestal sustentado e o extrativismo tradicional. O objetivo dessa medida é a manutenção dos ecossistemas florestais. A lei, no entanto, não tem sido suficiente para evitar que áreas de florestas, referentes à Reserva Legal, sejam derrubadas e queimadas. Esta situação decorre, em grande parte, da política generalizada de ocupação e uso da terra que desconsidera a aptidão florestal dessa região.

De maneira geral, na região Amazônica o manejo florestal sustentado é ainda muito incipiente, limitando-se a poucas iniciativas de empresas privadas ou projetos experimentais ainda não conclusivos. No Estado do Acre, as atividades de manejo florestal sustentado são praticamente inexistentes. Em projetos de colonização do Estado, compostos por pequenas propriedades rurais, não há registros dessas atividades.

Entre as vantagens diretas (ecológicas, econômicas e sociais) do manejo sustentado dos recursos florestais, citam-se a redução das taxas de desmatamento, a abertura de novos mercados, a diversificação da renda dos produtores rurais, a oferta de serviços (geração de empregos) etc.

Sobre a floresta tropical existem variadas demandas que provocam a sua deterioração. A expansão de áreas para a agricultura e a pecuária em larga escala, a agricultura migratória que abandona as áreas cultiváveis, a forte demanda por madeira tanto para consumo local, como para o comércio nacional e internacional, além da expansão de áreas urbanas pelo aumento da população, são exemplos disso.

Com relação à demanda por madeira, que é o produto renovável de maior valor econômico dentro da floresta, os métodos tradicionais de exploração (com alto nível de desperdício, baixo nível tecnológico, baixa produtividade e agregação de valores) não garantem sustentabilidade à floresta, ao contrário, são degradadores dos recursos naturais.

O envolvimento do dono da floresta, com a questão do aproveitamento dos recursos florestais, é fundamental. A formação de "produtores florestais" torna-se condição para se levar a frente projetos de manejo florestal sustentado. Isso é válido tanto para grandes, como também para pequenos proprietários de áreas. Essa formação, no caso de pequenos proprietários, passa necessariamente pela participação direta nas atividades de extração e comercialização de produtos madeireiros, pelo conhecimento de técnicas de manejo, enfim, pelo domínio dos métodos a ser empregados.

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido com recursos da Embrapa-CPAF/AC.

<sup>2</sup> Eng.º Ftal., B.Sc., Embrapa-CPAF/AC, Caixa Postal 392, 69908-970, Rio Branco-AC.

PA/89, CPAF/AC, dez/96, p.2

Iniciado em meados de 1995, o projeto de manejo florestal sustentado para pequenas propriedades tem como principal característica a prescrição de uma intervenção de baixo impacto sobre a floresta por meio de métodos artesanais de exploração de madeira, que consideram os baixos recursos materiais disponíveis pelos pequenos produtores. A primeira parte deste documento apresenta uma descrição sintetizada da metodologia utilizada. A segunda parte apresenta as etapas já executadas e seus respectivos resultados.

Os principais objetivos do projeto são:

- Implantar um sistema de manejo florestal sustentado adaptado às pequenas propriedades rurais;
- Estimular o aproveitamento da floresta tropical por meio de técnicas de manejo florestal sustentado;
- Diversificar a economia dos pequenos proprietários rurais;
- Garantir o uso racional da floresta sem o comprometimento do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma política estadual de utilização dos recursos florestais; e
- Desenvolver métodos adequados para a utilização dos recursos madeireiros da região.

A metodologia constitui-se fundamentalmente das seguintes etapas:

a) Seleção das áreas: o projeto será composto por pequenas propriedades (módulos rurais de assentamento do Incra) localizadas no PC Pedro Peixoto, situado na BR-364, trecho Rio Branco–Porto Velho, a aproximadamente 110 km da capital Rio Branco.

b) Caracterização socioeconômica e florestal: feita por meio da aplicação de um questionário que aborda aspectos sociais e econômicos, e levanta informações a respeito da floresta (Reserva Legal) das propriedades. Essa caracterização será bastante útil para a planificação das atividades, pois espelha o estado em que se encontram as áreas, além de identificar habilidades dos produtores para atividades florestais.

c) Planejamento das atividades de manejo:

- Inventários florestais (IFs): são básicos para o planejamento de todas as atividades a ser desenvolvidas. Para o modelo proposto, os IFs serão executados em dois níveis. No primeiro terá um caráter diagnóstico e possibilitará determinar a aptidão da floresta para o manejo e as estratégias de intervenção mais apropriadas. O método adotado será o sistemático, em que serão distribuídas 20 parcelas amostrais (Fig. 1) de 10 m x 100 m para cada propriedade, o que representa 5% de intensidade amostral. Também será avaliada a regeneração natural por meio da medição de subparcelas de 5 m x 5 m e de 10 m x 10 m. No segundo nível o IF será executado pelos próprios produtores. Este é o inventário pré-exploratório e aborda todas as árvores (100%) com DAP maior ou igual a 50 cm no compartimento de manejo (4 ha) a ser explorado. Seu objetivo é determinar o volume de madeira a ser retirado, além de permitir o planejamento da exploração madeireira;
- Compartimentalização: serão dez compartimentos em cada propriedade (Fig. 2). Como o tamanho padrão dos lotes do PC Pedro Peixoto é em torno de 80 ha, e a parte da Reserva Legal a metade disso (40 ha), cada compartimento terá cerca de 4 ha, ou seja, serão explorados a cada ano 4 ha de floresta em cada propriedade. No total (para 12 propriedades) serão explorados 48 ha ao ano;
- Ciclo e intensidade de corte: o período mínimo entre um corte e outro (ciclo) de cada compartimento de manejo será de dez anos. Este tempo curto é sugerido projetando uma intensidade de desbaste em torno de 10 m<sup>3</sup>/ha (considerada muito baixa se comparada à média de 30-40 m<sup>3</sup>/ha da exploração convencional mecanizada na região Amazônica). A exploração média por ano, de acordo com a intensidade de desbaste estabelecida, será em torno de 40 m<sup>3</sup> de madeira por propriedade. No total (para 12 propriedades) serão explorados cerca de 480 m<sup>3</sup> de madeira/ano. O diâmetro (DAP) mínimo de corte será de 50 cm;

Figura 01

MANEJO FLORESTAL EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NO PC PEIXOTO  
INVENTÁRIO FLORESTAL DIAGNÓSTICO  
DISPOSIÇÃO DAS PARCELAS AMOSTRAIS

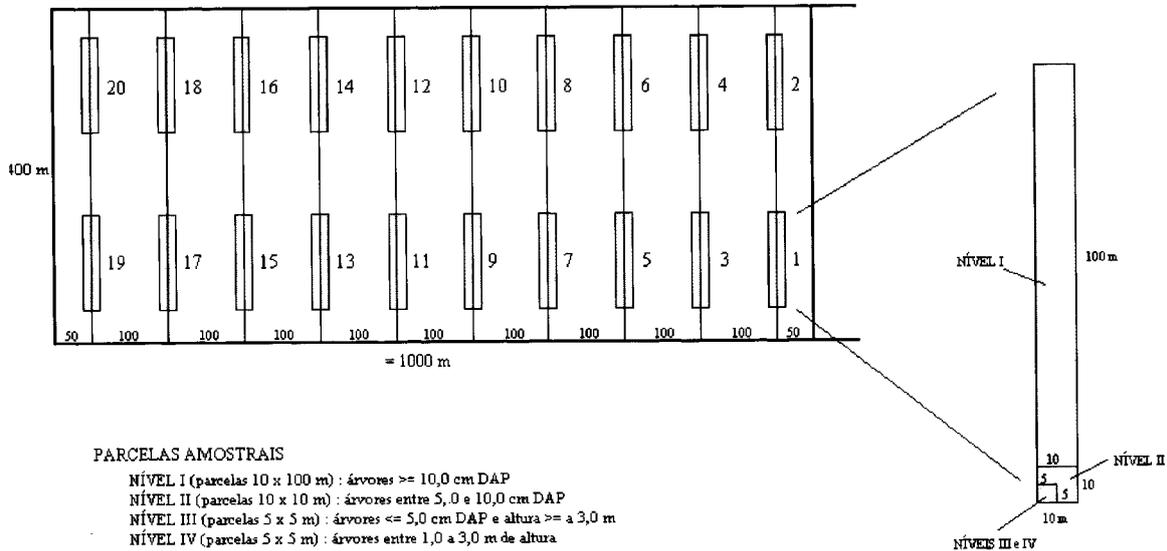


FIG. 1 Manejo florestal em área de Reserva Legal no PC. Peixoto, inventário florestal diagnóstico e disposição das paralelas amostrais.

Figura 02

DESENHO ESQUEMÁTICO PADRÃO DE UMA PEQUENA PROPRIEDADE DO PC. PEIXOTO ONDE SERÁ EXECUTADO O PROJETO DE MANEJO FLORESTAL EM ÁREAS DE RESERVA LEGAL (50% DA ÁREA DA PROPRIEDADE)

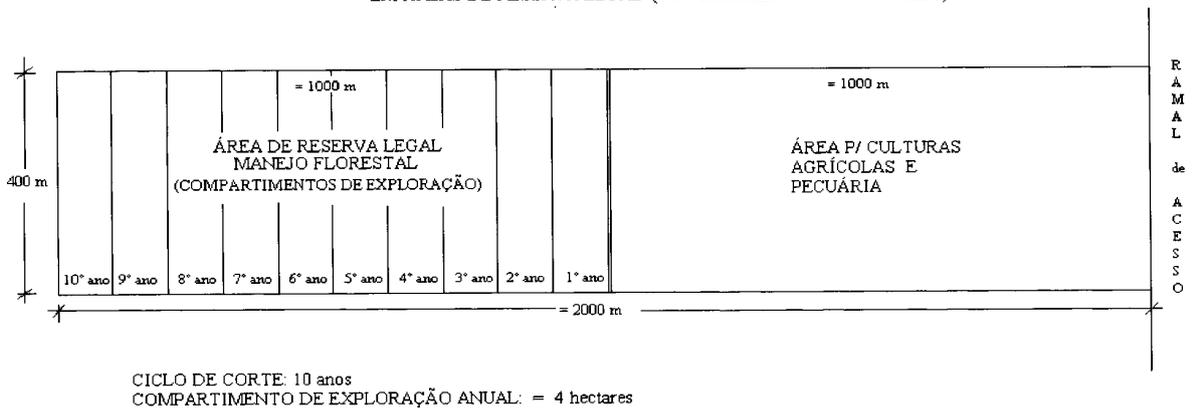


FIG. 2. Desenho esquemático padrão de uma pequena propriedade do PC. Peixoto onde será executado o projeto Manejo Florestal em áreas de Reserva Legal (50% da área da propriedade).

- Exploração florestal madeireira: será realizada sem utilização de máquinas pesadas e a derrubada com motosserras. As árvores serão derrubadas de maneira a facilitar o seu escoamento, procurando-se reduzir ao máximo os danos à floresta por intermédio de derrubada orientada. O transporte da madeira (na forma de pranchões, tábuas etc.) da mata até o ramal ocorrerá por tração animal (boi) apor meio de um implemento denominado zorra. Para esse transporte, será feito um carreador principal, situado perpendicularmente e no

PA/89, CPAF/AC, dez/96, p.4

centro da propriedade, que permitirá a otimização das distâncias de arraste. O transporte secundário (dos ramais aos centros de consumo) realizar-se-á de caminhões;

- Tratamentos silviculturais: serão efetuados cortes de cipós e anelamentos de árvores sem aproveitamento comercial. Esses tratamentos silviculturais têm por objetivo liberar as copas das árvores no momento da derrubada (reduz os danos a outras que ficam entrelaçadas pelos cipós) e favorecer o desenvolvimento daquelas de interesse comercial. A condução de regeneração natural será feita nas clareiras originadas pela queda das árvores e nas trilhas de arraste da madeira. Serão utilizadas também técnicas de regeneração artificial como o transplante de mudas, lanço de sementes ou mesmo plantios de mudas de espécies valiosas;
- Monitoramento ambiental: esta fase objetiva estudar as respostas da floresta frente às intervenções previstas e avaliar os seus efeitos sobre o ecossistema. É uma forma de identificar possíveis falhas no processo para se fazer as correções necessárias. Na Figura 3 é apresentada a disposição da parcela amostral permanente (serão 6 parcelas distribuídas pelos 12 lotes) dentro do compartimento de manejo;
- Processamento primário: o processamento das toras será realizado ainda dentro da floresta, utilizando-se a motosserra para o desdobro. Embora com grau de beneficiamento bastante baixo, o processamento com motosserra permite obter produtos variados, entre eles pranchões, tábuas, estacas, cavacos (telhas), vigas etc;

Figura 03

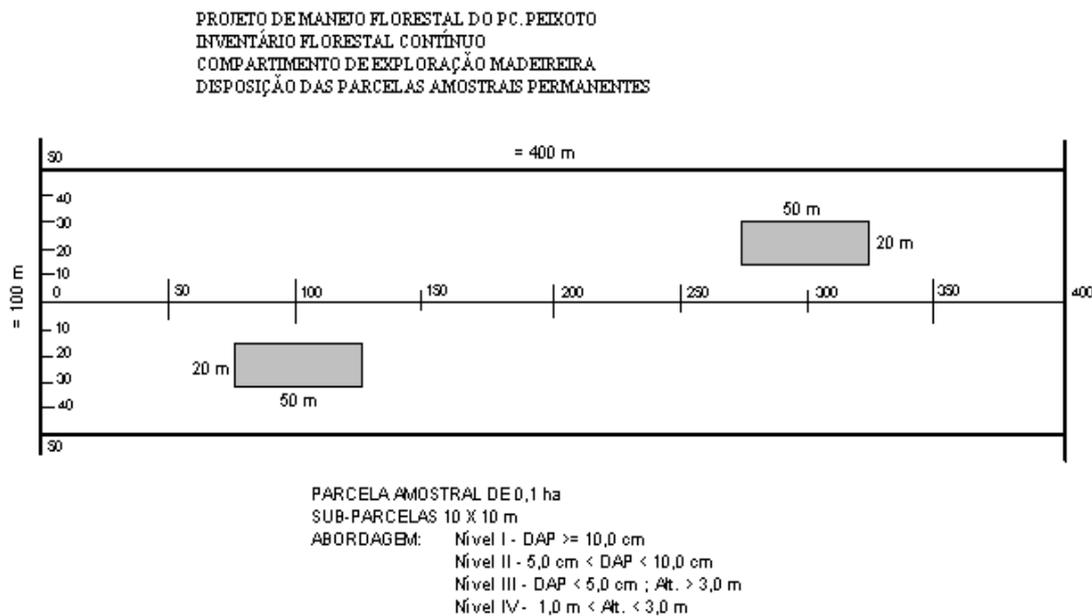


FIG. 3. Projeto de manejo florestal do PC. Peixoto, inventário florestal contínuo, compartimento de exploração madeireira, disposição das parcelas amostrais permanentes.

- Comercialização: deverá, basicamente, obedecer às regras de mercado. Serão efetuados estudos de situação (mercado) para identificar qual ou quais das opções se apresentam como as mais viáveis. Num primeiro momento, o principal mercado será o local, mas poderá expandir-se à medida que melhorarem os processos de beneficiamento e os meios de comercialização;
- Treinamentos dos produtores: serão realizados treinamentos destinados aos produtores, visando ao aprendizado e à aplicação correta das técnicas de manejo florestal;

PA/89, CPAF/AC, dez/96, p.5

- Monitoramento socioeconômico: o objetivo maior desta iniciativa é elevar a qualidade de vida dos seus beneficiários. Para a avaliação do impacto econômico, que se espera com essa nova atividade, serão executados levantamentos periódicos (a cada dois anos), enfocando índices socioeconômicos dos produtores envolvidos.

As etapas executadas e seus principais resultados:

Fez-se a seleção das áreas a partir de um contato com o Sindicato de Pequenos Agricultores e Seringueiros do Acre (Simpasa) que identificou duas associações de pequenos produtores no PC. Pedro Peixoto: Associação Nova Aliança (situada no Ramal Nabor Júnior, BR-364, km 80) e Associação Unidos Para Vencer (no Ramal Granada, BR-364, km 90). Após algumas reuniões, em que se esclareceu sobre o projeto aos produtores das referidas associações, e de posse das informações do levantamento socioeconômico, elegeram-se oito pequenos produtores no Ramal Granada e quatro no Ramal Nabor Júnior. Os principais critérios de elegibilidade foram: integridade da área de Reserva Legal, disponibilidade de mão-de-obra e aptidão (disposição) para atividades madeireiras. As áreas selecionadas possuem em média 80 ha (formato retangular, no padrão de 400 m x 2000 m) e aproximadamente 500 metros distantes umas das outras.

Segundo sua região de origem, os dados do levantamento socioeconômico revelam que entre os produtores entrevistados predominam os migrantes do Sul/Sudeste (60%), seguido do Nordeste (24%), enquanto o restante é originário do Norte (12%) e Centro-Oeste (5%). O nível de escolaridade médio é o primeiro grau incompleto. A idade média é de 40 anos, sendo que 30% estão com mais de 50 anos, enquanto apenas 24% têm idade inferior a 30 anos. Observou-se que mais de 50% dos moradores estão fixados nas áreas há mais de seis anos, enquanto apenas 6% possuem seus lotes há menos de dois anos. Quanto ao registro da propriedade, 47% dos lotes possuem título definitivo e 53% estão com autorização de assentamento.

Os lotes possuem em média 75% da área coberta por floresta nativa, com razoável ocorrência de madeira de lei como Cedro (*Cedrela* sp.), Cerejeira (*Torresea acreana*), Angelim (*Hymenolobium* sp.) etc. Uma parte da madeira retirada referente à Reserva Legal foi destinada às benfeitorias da propriedade e a outra foi comercializada. De um modo geral, verificou-se que os moradores possuem conhecimentos sobre a mata (épocas de produção de sementes, reconhecimento de árvores, utilidades das plantas etc.), sobre os tipos de madeira (dureza, durabilidade, trabalhabilidade etc.), noções de operar com motosserras e a totalidade afirma possuir interesse em trabalhar com a exploração e venda de madeira.

Na atividade agrícola cultivam lavouras de subsistência tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca). A única cultura permanente de alguma expressão é o café. O sistema de produção é o convencional de derrubada e queima, seguido da introdução das culturas agrícolas e da formação de pastagens. Sobre o extrativismo, verificam-se, embora em baixa escala, o corte da seringa e a colheita da castanha. A mão-de-obra utilizada é predominantemente familiar e, em geral, as contratações de pessoas destinam-se apenas às atividades de preparo dos terrenos. A pecuária é uma atividade bem difundida entre os produtores consultados.

O inventário diagnóstico foi realizado numa área total de 440 ha (soma das áreas de Reserva Legal das propriedades). Foram alocadas, sistematicamente, 214 parcelas amostrais de 10 m x 100 m cada uma, abordando indivíduos com DAP acima de 10 cm, e a mesma quantidade de subparcelas amostrais (dentro das parcelas) de avaliação da regeneração natural, representando uma intensidade amostral de 4,87% da área.

A distribuição diamétrica total das espécies lenhosas apresentou-se, em geral, bastante equilibrada. A análise individual por espécie mostra, no entanto, que algumas delas possuem a distribuição diamétrica um tanto irregular, o que é normal em florestas tropicais sem, contudo, comprometer o seu manejo. De modo geral, a ocorrência de espécies comerciais com volumes expressivos é de média a boa, sinalizando que as áreas possuem potencial para o manejo florestal.

**TABELA 1. Índices de Abundância, Frequência, Dominância, Volume e Valor de Importância das espécies comerciais dos lotes do Projeto de Manejo Florestal do PC. Pedro Peixoto.**

Nome Vulgar	Ab.abs.	Ab.rel.	Fr.abs.	Fr.rel.	D.abs.	D.rel.	V.com.	V.estq.	V. total	IVI
Amarelão	3.79	1.01	29.91	1.12	0.1682	0.77	0.5983	0.7383	1.3366	2.89
Andiroba	1.92	0.51	9.35	0.35	0.0844	0.38	0.1057	0.5510	0.6566	1.24
Angelim Amarelo	0.42	0.11	3.27	0.12	0.0302	0.14	0.0000	0.2398	0.2398	0.37
Angelim Pedra	0.09	0.02	0.93	0.03	0.0154	0.07	0.1332	0.0031	0.1363	0.13
Angelim Preto	0.19	0.05	1.40	0.05	0.0191	0.09	0.1483	0.0187	0.1670	0.19
Angelim Rajado	0.19	0.05	1.40	0.05	0.0450	0.20	0.3179	0.0836	0.4014	0.31
Arapari	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0101	0.05	0.0873	0.0000	0.0873	0.08
Aroeira	0.09	0.02	0.93	0.03	0.0014	0.01	0.0000	0.0096	0.0096	0.07
Breu Vermelho	13.97	3.72	51.87	1.94	0.9206	4.19	0.9225	6.3961	7.3186	9.85
Capoeiro	0.24	0.06	1.40	0.05	0.01	0.04	0.00	0.06	0.06	0.15
Catuaba Amarela	0.65	0.17	5.61	0.21	0.0838	0.38	0.3491	0.3722	0.7213	0.76
Catuaba Roxa	2.43	0.65	18.69	0.70	0.1950	0.89	0.6527	0.9444	1.5971	2.23
Cedrinho	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0240	0.11	0.2253	0.0000	0.2253	0.14
Cedro Vermelho	0.98	0.26	8.41	0.31	0.0756	0.34	0.0000	0.6057	0.6057	0.92
Copaiba	0.93	0.25	8.41	0.31	0.10	0.45	0.57	0.30	0.86	1.01
Cumaru Cetim	2.24	0.60	18.22	0.68	0.4895	2.23	3.8668	0.6395	4.5063	3.51
Cumaru de Cheiro (Cerejeira)	0.37	0.10	3.74	0.14	0.0632	0.29	0.5237	0.0597	0.5834	0.53
Cumaru Ferro	1.50	0.40	12.62	0.47	0.3263	1.49	2.3799	0.6447	3.0246	2.36
Frei Jorge	1.21	0.32	11.21	0.42	0.0303	0.14	0.0000	0.2157	0.2157	0.88
Frei Jorge Branco	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0005	0.00	0.0000	0.0033	0.0033	0.03
Frei Jorge Preto	1.26	0.34	9.81	0.37	0.0283	0.13	0.0000	0.1993	0.1993	0.83
Guaribeiro	0.37	0.10	3.74	0.14	0.0167	0.08	0.0804	0.0520	0.1324	0.31
Guariuba Amarela	2.80	0.75	23.83	0.89	0.1997	0.91	0.5405	1.1066	1.6471	2.55
Guariuba Branca	1.03	0.27	10.28	0.38	0.0403	0.18	0.0000	0.3050	0.3050	0.84
Guariuba Vermelha	0.42	0.11	3.27	0.12	0.0375	0.17	0.2583	0.0617	0.3200	0.40
Itauba	0.14	0.04	1.40	0.05	0.0408	0.19	0.3638	0.0000	0.3638	0.28
Itaubarana	3.18	0.85	23.36	0.87	0.1354	0.62	0.0981	0.9382	1.0362	2.34
Jacaranda	0.23	0.06	1.87	0.07	0.0143	0.07	0.0000	0.1131	0.1131	0.20
Jatoba	0.19	0.05	1.87	0.07	0.0482	0.22	0.4256	0.0081	0.4337	0.34
Jutai	0.75	0.20	6.54	0.24	0.1027	0.47	0.5369	0.3306	0.8674	0.91
Louro Amarelo	1.03	0.27	8.41	0.31	0.0365	0.17	0.0000	0.2698	0.2698	0.75
Louro Bosta	0.28	0.07	2.80	0.10	0.0347	0.16	0.2169	0.0754	0.2924	0.34
Louro Rosa	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0005	0.00	0.0000	0.0031	0.0031	0.03
Macaranduba	0.84	0.22	7.01	0.26	0.1046	0.48	0.5125	0.3798	0.8923	0.96
Macaranduba Branca	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0013	0.01	0.0000	0.0091	0.0091	0.04
Maparajuba	0.75	0.20	6.55	0.24	0.03	0.12	0.00	0.19	0.19	0.56
Marupa	0.51	0.14	5.14	0.19	0.0520	0.24	0.2050	0.2286	0.4336	0.56
Marupa Branco	0.05	0.01	0.47	0.02	0.0055	0.03	0.0000	0.0449	0.0449	0.06
Marupa Preto	0.09	0.02	0.47	0.02	0.0013	0.01	0.0000	0.0086	0.0086	0.05
Morototo	0.37	0.10	2.34	0.09	0.0145	0.07	0.0000	0.1069	0.1069	0.25
Pau d'Arco Amarelo	4.63	1.23	30.84	1.15	0.2853	1.30	0.3560	1.8922	2.2482	3.68
Pau d'Arco Roxo	1.82	0.48	14.49	0.54	0.1225	0.56	0.0000	0.9658	0.9658	1.58
Sucupira Amarela	1.12	0.30	8.88	0.33	0.0838	0.38	0.3721	0.3293	0.7014	1.01
Tauari	3.13	0.83	26.64	1.00	0.46	2.10	2.96	1.14	4.10	3.92
Ucuuba Preta	4.95	1.32	32.71	1.22	0.1928	0.88	0.1688	1.2985	1.4673	3.42
Total Espécies Comerciais	61.40	16.31			4.77	21.74	17.97	21.93	39.90	
Total da Área	375.46	99.68			21.9569	100.00	73.0696	107.289	180.3587	

Fonte: OLIVEIRA et al. (1996).

Onde: Ab.abs. = Abundância absoluta      Ab.rel. = Abundância relativa (%)  
 Fr.abs. = Frequência absoluta      Fr.rel. = Frequência relativa (%)  
 D.abs. = Dominância absoluta      D.rel. = Dominância relativa (%)  
 V.com. = Volume comercial (m<sup>3</sup>)      V.estq. = Volume em estoque (m<sup>3</sup>)  
 V.total = Volume total (m<sup>3</sup>)      IVI = Índice de Valor de Importância (Ab.rel.+Fr.rel.+D.rel)

PA/89, CPAF/AC, dez/96, p.7

A floresta apresentou, para árvores acima de 10 cm de DAP, um número médio de 375 árvores/ha, área basal média de 21,96 m<sup>2</sup>/ha, volume total médio de 180,36 m<sup>3</sup>/ha e volume comercial total de 73,07 m<sup>3</sup>/ha (DAP acima de 50,0 cm). Os índices de Abundância - Ab - (nº de indivíduos/ha), Frequência - Fr - (percentual das parcelas do inventário em que ocorre a espécie), Dominância - D - (área basal/ha), Volume - V - e Valor de Importância - IVI das espécies comerciais são mostrados na Tabela 1. O volume de madeira de espécies com mercado para consumo interno e exportação, já subtraído o volume das espécies protegidas por lei (Seringueira, *Hevea* sp. e Castanheira, *Bertholletia excelsa*) e de espécies não-comerciais (Apuí, *Ficus* sp., e Imbaúba, *Cecropia* sp.), foi de pouco mais de 32 m<sup>3</sup>/ha, dos quais cerca de 17 m<sup>3</sup>/ha de árvores apresentaram DAP acima de 50 cm.

Com raras exceções (*Cerejeira - Torresea acreana*), houve sempre a presença de espécies comerciais importantes na regeneração natural. É interessante destacar a regeneração da Castanheira (*Bertholletia excelsa*), uma vez que se observou sua presença desde mudas com 3 m de altura e em todas as classes de diâmetro (a partir de 10 cm, em intervalos de 10 em 10, até acima de 100 cm de DAP). Este dado contraria as informações de que essa espécie tinha problemas com a regeneração natural e que sua ocorrência espontânea era constituída basicamente por indivíduos de grande porte.

O inventário pré-exploratório (em 100% das árvores com DAP acima de 50 cm feito no primeiro compartimento de exploração de 4 ha de cada propriedade), realizado em 12 lotes pelos próprios produtores, apresentou um volume médio total de 85,25 m<sup>3</sup>/ha, representados pela média de 21,83 árvores/ha, nos quais estão incluídas as espécies não-comerciais e as protegidas por lei. Deste total foi definido o corte médio de 9,24 m<sup>3</sup>/ha, correspondente a uma média de 1,46 árvores/ha. Na Figura 4 é apresentado, como exemplo, um croqui das árvores definidas para abate, elaborado com base no inventário a 100% de um dos lotes componentes do projeto.

Figura 04

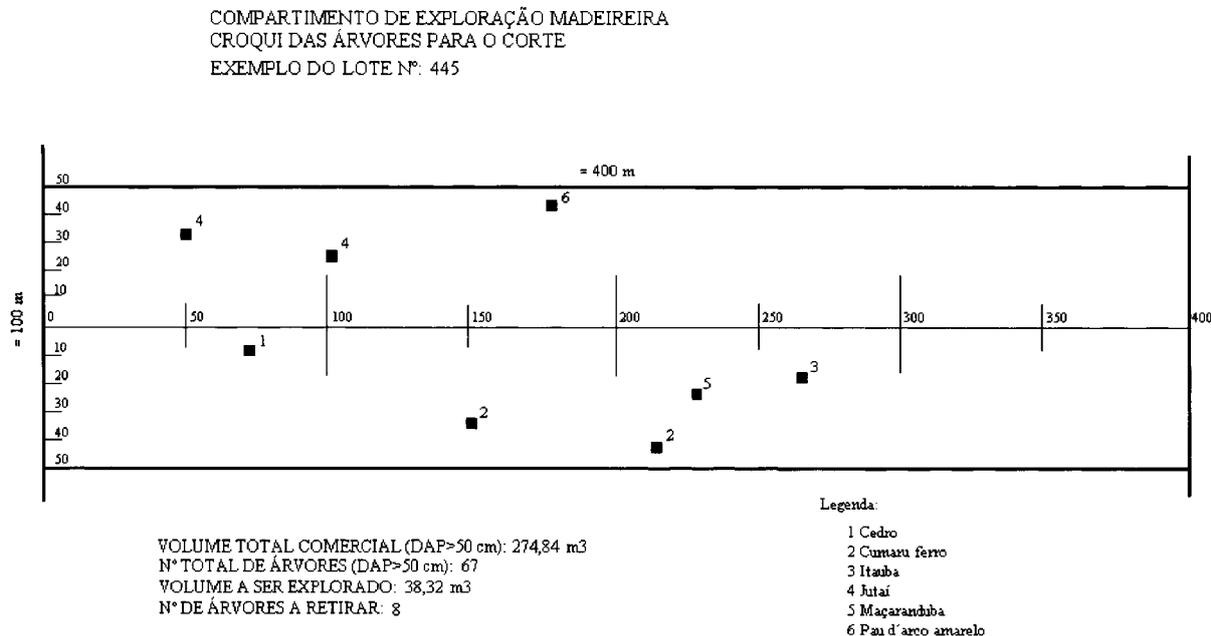


FIG. 4. Compartimento de exploração madeireira, croqui das árvores para corte, exemplo do lote Nº 445.

Na segunda semana de abril de 1996, realizou-se nas dependências do CPAF/AC, um curso para os produtores do PC. Pedro Peixoto, membros do projeto. O curso, de 40 horas com aulas práticas e teóricas, contou com a participação de 15 produtores. Seu conteúdo programático foi o seguinte: conceitos da Legislação Florestal (proferidos por representantes do Ibama-AC); manutenção, operação e segurança com motosserras; técnicas de abate e toragem

PA/89, CPAF/AC, dez/96, p.8

de árvores; desdobro de toras com motosserras; técnicas de mensuração florestal (medições de diâmetros, cubagens etc.); e técnicas básicas de manejo florestal.

Por meio de entrevistas em pequenas marcenarias de Rio Branco, Acrelândia e Vila Campina (Inkra) realizou-se uma sondagem de mercado para identificar e caracterizar o mercado local de produtos madeireiros. Os principais indicadores obtidos por esta sondagem foram: cerca de 70% da matéria-prima adquirida é proveniente de pequenos produtores na forma de blocos ou pranchões (os mesmos produtos a ser produzidos pelo projeto); na sua quase totalidade (80%-90%) a matéria-prima adquirida é de origem clandestina e não possui legalização por parte do Ibama; as empresas se propõem a pagar entre 15% a 20% a mais pela matéria-prima se esta for legalizada; o valor pago pela matéria-prima, posta na fábrica na forma de blocos ou pranchões, gira em torno de R\$ 100,00 por m<sup>3</sup> para espécies destinadas à confecção de móveis; a totalidade dos entrevistados se propõe a adquirir a produção do projeto de Manejo Florestal do PC. Pedro Peixoto.

As etapas básicas para a execução do manejo florestal proposto já estão concluídas. No primeiro semestre de 1997 realizar-se-á a primeira exploração madeireira das áreas. A partir desta etapa as atividades do projeto consistirão, basicamente, no ordenamento operacional das próximas intervenções, no suporte à comercialização da produção e no monitoramento dos efeitos do manejo florestal sobre a floresta e sobre as condições socioeconômicas dos participantes. Este monitoramento fornecerá elementos técnicos indispensáveis para o aprimoramento das intervenções subseqüentes e, assim, assegurar o êxito do manejo florestal.

A participação do CPAF/AC na execução deste projeto será de quatro a cinco anos. Após este período, seguindo o modelo e as bases de sustentabilidade estabelecidos, os produtores deverão estar aptos para conduzi-lo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, M.V.N. d'; ARAÚJO, H.J.B. de; OLIVEIRA, L.C. de. **Plano de manejo florestal em regime de rendimento sustentado, para 11 lotes do Projeto de Colonização Pedro Peixoto, ramais Nabor Júnior e Granada.** Rio Branco, AC: EMBRAPA-CPAF-AC, 1996. Não paginado.

